



108
Cb

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SARMU-VN Nº 007/2013
Processo nº: 01-121.723/13-36

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LANCHES PARA O CERSAM-VN, POR DOZE MESES.

- **TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 15/10/2013 às 9:30h.**
- **INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: dia 15/10/2013 às 13:30h.**
- **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** as consultas poderão ser formuladas de acordo com o item “5” do edital.
- **PRAZO DA DISPUTA:** 05 (cinco) minutos, mais um tempo aleatório de até 30(trinta) minutos. O sistema emitirá, durante a disputa, aviso alertando para o fechamento iminente do pregão.
- **SITE PARA CONSULTAS:** www.licitacoes-e.com.br
- **FONE:** (31)3277-5471 **FAX:** (31)3277-5433
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília.



103
G

1. DO PREÂMBULO

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO REGIONAL MUNICIPAL VENDA NOVA DE BELO HORIZONTE, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – INTERNET, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nos termos do Decreto Municipal nº 12.437/06, das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, da Lei Municipal nº 10.640/2013, dos Decretos Municipais nº 10.710/01, nº 12.436/06, nº 15.113/13, nº 11.245/03, nº 14.297/11 e nº 13.791/09, sendo que este último aplica-se naquilo em que não for incompatível com a LC nº 123/06 e a Lei Municipal nº 10.640/13.

2. DO OBJETO

2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LANCHES PARA O CERSAM-VN, POR DOZE MESES.

2.2. Integra o presente instrumento convocatório, dele fazendo parte, o Anexo I contendo a descrição detalhada do objeto e o fornecimento e/ou prestação dos serviços.

3. DAS DISPOSIÇÕES/RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

3.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condição de segurança criptográfica e autenticação em todas as suas fases.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante do “site” www.licitacoes-e.com.br.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

2302.0010.10.122.117.2.662.339039.12.0350

5. DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

5.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, podendo ser nas seguintes formas:

- a) Via INTERNET no endereço gerafivn@pbh.gov.br;
- b) Diretamente na Gerência Regional Administrativo-Financeira Venda Nova, no endereço: rua Érico Veríssimo, 1428, Rio Branco, Belo Horizonte, Minas Gerais;
- c) Via fax de número (31)3277-5433.

5.2. O pregoeiro da SARMU-VN terá 02(dois) dias úteis seguintes ao recebimento dos questionamentos para respondê-los.

5.3. As consultas serão respondidas diretamente no “site” www.licitacoes-e.com.br, no “link” correspondente a este edital e poderão ser acessados por todos os licitantes.



104
C

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

6.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrarem em quaisquer das situações a seguir:

- a) Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- b) Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município;
- c) Tenham sido declarados inidôneos em qualquer esfera de Governo;
- d) Estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;
- e) Demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

7. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

7.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá atender ao disposto abaixo:

7.1.1. Se cadastrado no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município – SUCAF:

7.1.1.1. Com situação regular e habilitado na(s) linha(s) de fornecimento compatível(veis) com o objeto licitado, deverá apresentar ao pregoeiro a documentação prevista no sub-item 7.2 deste edital;

7.1.1.2. Com documentação vencida, mas habilitado na(s) linha(s) de fornecimento compatível(veis) com o objeto licitado, deverá apresentar ao pregoeiro o(s) documento(s) regularizador(es) e a documentação prevista no sub-item 7.2 deste edital;

7.1.2. Não cadastrado no SUCAF, deverá comprovar a situação de regularidade apresentando ao pregoeiro designado para esta licitação, os documentos enumerados abaixo, junto com os demais documentos exigidos no sub-item 7.2 deste edital:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, ou equivalente no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores atuais; Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) 01(um) atestado de desempenho correspondente a cada linha de fornecimento da empresa;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado, assim como da Fazenda Pública Estadual, Federal e da Dívida Ativa da União;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;



- f) Certidão negativa de falência ou concordata, emitida nos três meses anteriores à data da sessão do pregão;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida nos seis meses anteriores à data da sessão do pregão.

7.1.2.1. O licitante não registrado no SUCAF deverá também requerer seu cadastro no SUCAF, encaminhando a mesma documentação citada no sub-item 7.1.2 para a Gerência de Cadastro de Fornecedores, juntamente com o impresso denominado "Solicitação de Cadastro de Fornecedor", disponível no *site* www.pbh.gov.br/sucaf devidamente preenchido e assinado.

- a) O comprovante de entrega da documentação encaminhada ao SUCAF deve ser apresentado ao pregoeiro.

7.2. O licitante classificado em primeiro lugar, **imediatamente ao final do procedimento de lances**, deverá enviar ao pregoeiro, via fax, através do número (31)3277-5433, ou do e-mail gerafivn@pbh.gov.br, os seguintes documentos:

7.2.1. Declaração de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente pregão, conforme Anexo IV deste edital;

7.2.2. Declaração de ciência de que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação, conforme Anexo V deste edital;

7.2.3. Declaração de que não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, conforme Anexo VI deste edital;

7.2.4. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Anexo VII deste edital;

7.2.5. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar a Declaração de que cumprem os requisitos legais para o enquadramento nestas categorias e estão aptas a usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06 e na Lei Municipal nº 10.640/13, de acordo com o modelo do Anexo VIII do Edital, a qual será apresentada juntamente com a Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo V deste Edital.

7.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal a devida regularização ocorrerá conforme disposto no sub-item 11.13;

7.4. Para efeito do julgamento da habilitação, o pregoeiro considerará como referência para a validação dos documentos a data da abertura das propostas.

7.5. As empresas licitantes deverão, no caso de possuírem mais de um estabelecimento para a mesma pessoa jurídica, apresentar toda a documentação pertinente à sua participação no certame,



referente ao estabelecimento com o qual pretende contratar, e que emitirá as notas fiscais decorrentes da contratação. (Frise-se: o CNPJ deverá ser, portanto, o do estabelecimento que figurará como contratante e emissor das notas fiscais).

7.6. Os documentos exigidos nos sub-itens acima deverão posteriormente ser encaminhados em original ou cópia autenticada por cartório competente ou por servidor do órgão licitante, sendo o prazo máximo para a sua apresentação de 03 (três) dias úteis, contados da data do encerramento da sessão do pregão, para o seguinte endereço: rua Érico Veríssimo, 1428, 2º andar, Rio Branco - Belo Horizonte/MG, CEP: 31.520-000.

7.7. A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

8. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

8.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Coordenar o procedimento licitatório;
- b) Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas relativas ao edital;
- c) Abrir e conduzir a sessão pública na INTERNET;
- d) Abrir as propostas de preços, examiná-las e classificá-las para a disputa de lances;
- e) Conduzir a etapa de lances;
- f) Julgar a proposta e a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar;
- g) Receber, examinar e decidir recurso, encaminhando-o à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) Declarar o vencedor do certame;
- i) Adjudicar o objeto, exceto quando, havendo recurso, mantiver a sua decisão, hipótese em que a adjudicação será feita por autoridade superior;
- j) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação.

8.2. Todas as ações do pregoeiro serão formalizadas via Sistema Eletrônico.

9. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL

9.1. Os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A sediadas no País.

9.2. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa devidamente justificada do Banco do Brasil S/A.

9.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo ao Banco do Brasil S/A ou ao Município de Belo Horizonte a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.

9.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e na presunção de capacidade técnica e habilitatória para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



10
G

10. DO ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 10.1. O acesso deve ser feito na página inicial do “site” www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso Identificado”.
- 10.2. A participação no pregão eletrônico se dará por meio da digitação da chave de identificação e da senha pessoal do representante credenciado e do subsequente encaminhamento da proposta de preços, observados data e horário limite estabelecidos.
- 10.3. O acesso à sala de disputa deve ser feito na página inicial do “site” www.licitacoes-e.com.br, opção “Sala de Disputa”.
- 10.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo do pregão, desde a publicação até a homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo pregoeiro.
- 10.5. Havendo desconexão do pregoeiro por prazo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensão e reiniciada somente após comunicação eletrônica aos participantes.
- 10.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 10.7. O licitante deverá adotar como referência para sua proposta as informações dos anexos deste edital.
- 10.8. **Quando do lançamento da proposta, o licitante deverá lançar o VALOR TOTAL DO LOTE, com duas casas decimais após a vírgula, e, ainda, quando for o caso, declarar que é beneficiário do regime da Lei Complementar nº 123/06.**
 - 10.8.1. Será considerada intempestiva a declaração efetuada em momento posterior ao acima mencionado, sendo assegurado ao licitante, entretanto, o direito à participação sem o benefício previsto na LC nº 123/06.
- 10.9. **É vedada a identificação do licitante em qualquer campo ou anexo quando do preenchimento da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação imediata.**
- 10.10. Até a abertura das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta apresentada.

11. DOS PROCEDIMENTOS

- 11.1. A sessão pública do pregão eletrônico terá início a partir do horário previsto neste edital, com a divulgação das propostas de preço recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas, ou desclassificá-las no caso de não atenderem às exigências editalícias.



- 11.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento e dos respectivos registros de horário e valor.
- 11.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 11.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.5. Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado por cada participante, vedada a identificação do detentor do lance.
- 11.6. O pregão será composto de duas etapas, sendo a primeira de 05 (cinco) minutos e a segunda aleatória, consistindo em um tempo de até 30 (trinta) minutos. É facultada ao pregoeiro, para obtenção de melhores condições, a alteração da duração da primeira etapa.
- 11.7. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, visando obter proposta melhor.
- 11.7.1. A negociação será realizada por meio do sistema podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.8. O sistema anunciará o arrematante após o encerramento da etapa de lances da sessão pública.
- 11.9. Ocorrendo a situação de empate prevista nos artigos 44 e 45 da LC 123/06, após a disputa do lote, o Sistema Eletrônico possibilitará, automaticamente, a condução pelo pregoeiro dos procedimentos para obtenção dos benefícios previstos para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- 11.10. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro emitirá comunicado ao licitante classificado em primeiro lugar para que apresente a documentação listada no item 7 e a proposta escrita em conformidade com o item 13.
- 11.11. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do licitante e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, podendo negociar com o licitante para obter proposta melhor.
- 11.12. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- 11.13. Após a declaração do vencedor e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à ME ou EPP o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da mesma.



109
Cf

- 11.13.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

- 12.1. Não serão acolhidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal. Os recursos somente poderão ser subscritos por representante habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo licitante.
- 12.2. Este edital só poderá ser impugnado em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.
- 12.3. Declarado o vencedor, o licitante, inclusive aquele que foi desclassificado antes da sessão de lances, poderá manifestar a intenção de interpor recurso. Esta manifestação deverá ser realizada via sistema eletrônico, imediatamente posterior ao ato de declaração do vencedor.
- 12.4. A manifestação a que se refere o sub-item anterior, deverá ser efetivada através do botão virtual "Intenção de Recurso". Será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.
- 12.5. A falta de manifestação da intenção de recorrer ou a não apresentação das razões de recurso importará na decadência do direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 12.6. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.7. As razões de impugnação ao edital e as de recurso deverão ser formalizadas por escrito e devem ser protocoladas junto à Gerência Regional Administrativo-Financeira Venda Nova, rua Érico Veríssimo, nº 1428, 2º andar, Rio Branco, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.520-000, impreterivelmente no horário de atendimento, de 8h às 17h.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO

- 13.1. Em até 03 (três) dias úteis, contados da data de encerramento da sessão eletrônica do pregão, o arrematante deverá encaminhar sua proposta impressa original, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.
- 13.1.1. O arrematante deverá encaminhar ao pregoeiro, **imediatamente ao final do procedimento de lances**, a proposta impressa via fax, através do nº (31)3277-5433 ou do e-mail gerafivn@pbh.gov.br.
- 13.2. A proposta de preços deverá conter:



- 13.2.1. Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;
- 13.2.2. Modalidade e número da licitação;
- 13.2.3. Especificação clara, detalhada e completa do objeto licitado, conforme este edital e anexo I.
- 13.2.4. Valor do lance vencedor do lote, detalhando o preço do produto e/ou serviço, discriminando os preços unitários;
- 13.2.5. Prazo e local de entrega/execução dos serviços conforme o disposto no item 18 deste edital;
- 13.2.6. Prazo de validade mínima da proposta de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura do pregão;
- 13.2.7. O preço global e unitário do lote deve ser cotado em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02(duas) casas decimais;
- 13.2.8. Quando a divisão do preço global do lote pela quantidade licitada em cada item do lote resultar em valor com mais de 2(duas) casas decimais, o preço unitário deverá ser adequado conforme sub-item acima. O valor global do lote obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

14. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO/PROPOSTA

A documentação prevista nos sub-itens 7.1, 7.2 e 7.3 e a proposta deverão ser apresentadas ao pregoeiro, **imediatamente ao final do procedimento de lances**, via fax, através do número (31)3277-5433, ou do e-mail gerafivn@pbh.gov.br, e, **posteriormente, enviadas, em envelope fechado**, para a rua Érico Veríssimo, 1428, 2º andar, Rio Branco, Belo Horizonte/MG, CEP 31.520-000, no horário de 9h às 17h, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO REGIONAL MUNICIPAL VENDA NOVA
GERÊNCIA REGIONAL ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA VENDA NOVA
LICITANTE: _____
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2013.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LANCHES PARA O CERSAM-VN, POR DOZE MESES.

15. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, observadas as exigências deste edital e seus anexos.



16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no cumprimento de suas obrigações, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Belo Horizonte e será descredenciado no SUCAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.
- 16.2. O descredenciamento do licitante no SUCAF será imediatamente comunicado às demais esferas de Governo.
- 16.3. A aplicação da penalidade descrita acima não exime o licitante da reparação dos danos causados ao Município.
- 16.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da adjudicatária, sujeitando-a às seguintes penalidades:
- 16.4.1. Advertência, cumulada com multa, nos termos do art. 87, parágrafo II da Lei 8.666/93;
- 16.4.2. Multa nos seguintes percentuais:
- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material, até o limite de 19,8%, correspondente a até 60(sessenta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
 - b) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato ou recusar-se a aceitar a Nota de Empenho;
 - c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência da licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, como as elencadas no inciso III do artigo 7º do Decreto Municipal 15.113/2013;
 - d) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, como as elencadas no inciso IV do artigo 7º do Decreto Municipal 15.113/2013;
 - e) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim que se destina.
- 16.4.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93;



- 16.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 16.5. As penalidades de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
- 16.5.1. Por prática de ato ilícito com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.5.2. Por prática de quaisquer outros atos ilícitos que comprometam a idoneidade do fornecedor, quer contra o Município quer contra terceiros;
- 16.5.3. Por condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- 16.6. A autoridade competente para aplicar as penalidades de advertência e multa será o Gerente Regional de Administração e Finanças Venda Nova, responsável por efetivar o pagamento.
- 16.7. Para as penalidades de suspensão temporária do direito de licitar e de declaração de inidoneidade será o Secretário Municipal Adjunto de Gestão Administrativa (SMAGEA).
- 16.8. A penalidade de advertência e multa previstas acima serão aplicadas com base em relatório circunstanciado da autoridade competente, responsável pelo acompanhamento dos serviços e/ou ofício.
- 16.9. A multa prevista acima será aplicada após apreciação da defesa apresentada pelo fornecedor, no prazo de 05(cinco) dias úteis contados da sua notificação, após o prazo de defesa e julgamento da mesma.
- 16.10. Na aplicação das penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é facultada a defesa do Contratado no respectivo processo, no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da abertura de vista, nos termos do artigo 87 da Lei 8666/93 e itens 16.4 e 16.7 deste edital.
- 16.11. A declaração de inidoneidade expedida por órgãos públicos de outros níveis e esferas de governo produzirá efeitos perante o SUCAF.
- 16.12. Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestamente majorado ou inexequível.
- 16.13. As multas não eximem a empresa vencedora deste certame da plena execução das obrigações assumidas.
- 16.14. O desempenho insatisfatório da adjudicatária será anotado em sua ficha cadastral, nos termos do artigo 24 do Decreto Municipal 11.245/03.



17. DA FORMALIZAÇÃO DO PEDIDO DE FORNECIMENTO

- 17.1. O licitante vencedor do presente Pregão retirará a(s) Nota(s) de Empenho no prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, contados da convocação pelo órgão expedidor, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.
- 17.2. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar ou retirar os instrumentos dentro dos prazos previstos no sub-item anterior caracterizará inexecução total, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de 10% (dez por cento) do valor adjudicado, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas, em observância ao disposto no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.
- 17.3. Caso o adjudicatário se recuse a retirar a(s) Nota(s) de Empenho no prazo estabelecido no sub-item 17.1, é prerrogativa da Secretaria de Administração Regional Municipal Venda Nova o direito de adjudicar à segunda colocada o objeto licitado.

18. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 18.1. A entrega do material será realizada diariamente (incluindo sábados, domingos e feriados) no endereço do CERSAM-VN, à Rua Boa Vista, 228, Bairro São João Batista, de acordo com o contrato e com as necessidades do contratante.

19. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 19.1. O recebimento e acompanhamento das aquisições e/ou da execução dos serviços serão feitos por servidor designado pela GERSA-VN e obedecerá ao seguinte trâmite:
- 19.1.1. A contratada dirigir-se-á ao local da entrega/execução dos serviços, conforme orientações prévias dadas pela GERSA-VN, munido com os respectivos recibos de entrega, que deverão ser assinados pelo servidor responsável pelo recebimento;
- 19.1.2. O servidor, de posse dos documentos apresentados, conforme subitem anterior acompanhará a entrega e execução dos serviços verificando a especificação, quantidade e outros itens pertinentes;
- 19.1.3. Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, o servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 20.1. Cumprir rigorosamente os prazos e horários da entrega/execução dos serviços pactuados.
- 20.2. Entregar/executar o(s) serviço(s) de acordo com as especificações constantes no anexo I.
- 20.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades, se houver, apontadas pela Administração Municipal, quanto à execução dos serviços.
- 20.4. Garantir a boa qualidade do serviço prestado.



- 20.5. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à Administração Municipal ou a terceiros, tendo como agente o licitante vencedor, na pessoa do seu preposto ou estranhos.
- 20.6. Manter, durante todo o período de contratação, as mesmas condições de habilitação, e a regularidade de documentos junto ao SUCAF.
- 20.7. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário na prestação do serviço.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 21.1. Pagar, no vencimento, as faturas apresentadas pela contratada correspondentes aos fornecimentos realizados.
- 21.2. Prestar à Contratada, com clareza, as informações necessárias à entrega/execução dos serviços solicitados e à emissão da Nota Fiscal/Fatura.

22. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 22.1. Os documentos fiscais deverão ser atestados pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento definitivo dos serviços, objeto deste edital.
- 22.2. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias úteis, pela Gerência Regional Administrativo-Financeira Venda Nova, contados do recebimento definitivo de cada entrega da nota fiscal/fatura.
- 22.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca (quando houver), o valor unitário e a quantidade dos produtos/serviços efetivamente entregues.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1. Poderá a Secretaria de Administração Regional Municipal Venda Nova revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa ou interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.
- 23.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação e da execução do fornecimento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 23.3. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.



119
09

- 23.4. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 23.5. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 23.6. O licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da(s) Nota(s) de Empenho, conforme previsto no §1º, bem como, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, o disposto no §2º, art. 65 da Lei n.º 8.666/93.
- 23.7. A tolerância do Município de Belo Horizonte com qualquer atraso ou inadimplência por parte do licitante vencedor não importará de forma alguma em alteração ou novação.
- 23.8. O licitante vencedor não poderá caucionar ou utilizar a Nota de Empenho para qualquer operação financeira.
- 23.9. A Nota de Empenho será anulada nos casos de associação do licitante vencedor com outrem, bem como fusão, cisão ou incorporação, salvo com expressa autorização da Secretaria de Administração Regional Municipal Venda Nova.
- 23.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.11. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- 23.12. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo pregoeiro ou pela autoridade a ele superior.
- 23.13. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste edital.
- 23.14. É de exclusiva responsabilidade do licitante declarado vencedor, para efeito da contratação, providenciar seu cadastramento junto ao SUCAF, caso ainda não se encontre cadastrado, devendo, para tanto, acessar o "site" www.pbh.gov.br/sucaf.
- 23.15. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Belo Horizonte.
- 23.16. Faz parte integrante deste edital:
- Anexo I - Especificação e Quantidade do Objeto da Licitação/Proposta Padronizada;
 - Anexo II – Procuração;
 - Anexo III – Minuta de Contrato;



Anexo IV – Declaração de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente pregão;

- Anexo V – Declaração de que cumpre todos os requisitos de habilitação;
- Anexo VI – Declaração de que na mesma não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei;
- Anexo VII – Declaração de elaboração independente de proposta;
- Anexo VIII – Declaração de que é beneficiária da Lei complementar 123/2006, na condição de EPP – Empresa de Pequeno Porte ou ME – Microempresa ou Cooperativa – Lei 11.488/2007) considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada;

Belo Horizonte, 02 de outubro de 2013


Claudio Vaz Souza Sampaio

Secretaria de Administração Regional Municipal Venda Nova



ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO DA LICITAÇÃO/PROPOSTA PADRONIZADA

- Razão Social, CNPJ, endereço, e meio para contato (telefone, fax, e-mail);
- Modalidade e número da licitação;
- Declaração de aceitabilidade de forma e prazo de entrega dos materiais conforme edital;
- Esta proposta é válida até o dia __/__/2013 (prazo mínimo de 60 (sessenta) dias a partir de __/__/2013).

LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Fornecimento de leite longa vida integral, embalagem cartonada de um litro. (Obs.: validade de 01(um) ano após entrega);	UN	4.892
2	Fornecimento de pão-de-sal 50 gramas, feito no dia, com margarina vegetal (passar 10g de margarina em cada pão), que deverá ser embalado e lacrado individualmente;	UN	31.080

Obs.: A entrega dos produtos será parcial, diária, conforme necessidade do CERSAM-VN. A entrega deverá ser efetuada na Rua Boa Vista, 228, Bairro São João Batista, no CERSAM-VN.



118
C6

ANEXO II

PROCURAÇÃO

Através deste instrumento particular de procuração, (individualização e qualificação do outorgante), nomeia e constitui seu bastante procurador Sr. (individualização e qualificação do outorgado), com poderes para representá-lo junto ao Pregão Eletrônico 00X/2013 promovido pela Secretaria de Administração Regional Municipal Venda Nova, podendo participar de reuniões de licitação, assinar propostas, decidir sobre interposição de recursos, assinar atas e outros documentos relativos ao desenvolvimento de reuniões, dando por bom, firme e valioso.

Belo Horizonte, de de 2013.

(Assinatura autorizada do outorgante, na qualidade de representante legal da empresa, devidamente identificado).



119
Cf

ANEXO III

MINUTA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE LANCHES PARA O CERSAM-VN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO REGIONAL MUNICIPAL VENDA NOVA E A EMPRESA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.121.723-13-36

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

O Município de Belo Horizonte, representado pelo Secretário de Administração de Regional Municipal Venda Nova, Sr. Claudio Vaz Souza Sampaio, presentes o Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, e o Procurador Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa....., estabelecida à, nº, bairro, em Belo Horizonte/MG, CNPJ, neste ato representada pelo Sr., CPF, doravante denominada **CONTRATADA**, entre si celebram o presente contrato, em conformidade com a licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico nº 00X/2013, e mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

É objeto deste contrato a execução de serviços de fornecimento de lanches diários ao CERSAM-VN, da Secretaria de Administração Regional Municipal Venda Nova, com entrega parcelada, conforme as necessidades do CERSAM-VN, em decorrência do julgamento da licitação Pregão Eletrônico nº 007/2013, e segundo a proposta e demais peças integrantes do edital respectivo, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor total deste contrato é de R\$ (.....), referente ao Lote Único, conforme preços propostos pela contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos serviços será feita pela Secretaria de Administração Regional Municipal Venda Nova/SARMU-VN, através de suas Gerências, com responsabilidades específicas, sendo que a fiscalização da SARMU-VN não eximirá a **CONTRATADA** de responsabilidade pela execução dos serviços avençados.



120
Q

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da adjudicatária, sujeitando-a às sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, garantindo o direito de defesa prévia, em especial:

5.1.1 Multa por irregularidades na execução dos serviços nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material, até o limite de 19,8%, correspondente a até 60(sessenta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o contrato ou recusar-se a aceitar a Nota de Empenho;
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência da licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, como as elencadas no inciso III do artigo 7º do Decreto Municipal 15.113/2013;
- d) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, como as elencadas no inciso IV do artigo 7º do Decreto Municipal 15.113/2013;
- e) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim que se destina.

5.1.2. Nos casos de descumprimento das demais obrigações assumidas pela adjudicatária, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência escrita;
- b) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, conforme disposto no inciso III, art. 87, da Lei 8.666/93.
- c) Declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.2. O desempenho insatisfatório da adjudicatária será anotado em sua ficha cadastral, nos termos do artigo 22 do Decreto Municipal 11.245/03.

5.3. As multas são excludentes e independentes e não eximem a contratada da plena execução dos fornecimentos contratados.

5.4. O valor das multas aplicadas será descontado do pagamento das faturas devidas pela SARMU-VN – Secretaria de Administração Regional Municipal Venda Nova. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga por meio de guia própria, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de sua aplicação.



101

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços contratados terão prazo de execução de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, até o limite de 60(sessenta) meses, caso haja acordo entre as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, desde que satisfeitas as exigências legais, regularmente e previamente justificadas.

Parágrafo Único: O contrato, se necessário, será atualizado monetariamente, conforme acordo entre as partes. A periodicidade do reajuste não será inferior a um ano, inicialmente, da data limite para apresentação da proposta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Atendendo ao Inciso VII, do Artigo 55, da Lei Federal nº. 8.666/93, são obrigações da **CONTRATADA**:

- 1.1. Cumprir dentro do prazo contratual, as obrigações assumidas;
- 7.2. Assegurar, durante a execução dos serviços, a proteção e conservação dos serviços realizados;
- 7.3. Obedecer integralmente o plano de segurança na preparação da alimentação, segundo as normas de segurança do trabalho editadas pelo serviço de vigilância alimentar;
- 7.4. Participar, à Fiscalização ou Supervisão da SARMU-VN – Secretaria de Administração Regional Municipal Venda Nova, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, de acordo com a programação dos serviços, indicando as medidas para corrigir a situação;
- 7.5. Para o fornecimento da alimentação preparada, a empresa deverá apresentar o Alvará Sanitário;
- 7.6. Respeitar e fazer respeitar, sob as penas da lei, a legislação e posturas municipais sobre execução de serviços em locais públicos;
- 7.7. Utilizar somente produtos e materiais dentro das especificações sanitárias do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;
- 7.8. Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente as normas do Ministério da Saúde, bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou ditados pela Secretaria de Administração Regional Municipal Venda Nova;
- 7.9. Respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, a legislação e postura municipais sobre fornecimento de alimentação preparada;

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

2302.0010.10.122.117.2.662.339039.12.0350



122
08

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos após a execução dos serviços, mediante a apresentação de documentos fiscais, devidamente atestados pelo servidor encarregado por acompanhar a execução do serviço.

9.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente instrumento fica vinculada à publicidade de seu extrato no Diário Oficial do Município, a cargo da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 12 meses após a assinatura, podendo ser prorrogado, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso haja acordo entre as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93, desde que satisfeitas as exigências legais, regularmente e previamente justificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGIME LEGAL E CLÁUSULAS COMPLEMENTARES

O presente contrato rege-se pelas normas consubstanciadas na Lei Federal nº 8.666/93, nos Decretos Municipais nº 10.710/01 e nº 15.113/13, complementadas pela legislação aplicável e pelas regras previstas no instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda do presente contrato, o foro da Comarca de Belo Horizonte.

¶ por estarem assim ajustadas e concordes, firmam as partes o presente instrumento, digitado em três vias de igual teor para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.



123
Q

Belo Horizonte, de de 2013.

Claudio Vaz Souza Sampaio
Secretário de Administração Regional Municipal Venda Nova

Marcelo Piancastelli de Siqueira
Secretário Municipal de Finanças

Rúsvel Beltrame Rocha
Procurador Geral do Município

Empresa Contratada

VISTO:
Assessor jurídico:



124
Q

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ n. ° _____, declara que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente pregão.

Data e local

Assinatura do Representante Legal



12/01

ANEXO V

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ n.º _____, declara que cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos neste Edital 007/2013.

Data e local

Assinatura do Representante Legal



126
C

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ n. ° _____, declara, sob as penas da lei, que na mesma não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei.

Data e local

Assinatura do Representante Legal



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

A empresa _____, CNPJ nº _____, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro e conforme o Decreto Municipal nº 14.297/11, que:

- 1 - a proposta apresentada para participar da Licitação Pregão Eletrônico 007/2013 foi elaborada de maneira independente pela empresa _____, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação Pregão Eletrônico 007/2013, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- 2 - a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da Licitação Pregão Eletrônico 007/2013 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação Pregão Eletrônico 007/2013, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- 3 - que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação Pregão Eletrônico 007/2013 quanto a participar ou não da referida licitação;
- 4 - que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Licitação Pregão Eletrônico 007/2013 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação Pregão Eletrônico 007/2013 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- 5 - que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Licitação Pregão Eletrônico 007/2013 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Secretaria de Administração Regional Municipal Venda Nova antes da abertura oficial das propostas; e
- 6 - que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Data e local

Assinatura do Representante Legal



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO

(A SER ENTREGUE JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO, NO CASO DO LICITANTE SER BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006)

Declaramos, sob as penas da lei e conforme Lei Municipal nº 10.640/13, que a licitante é beneficiária da Lei complementar 123/2006, na condição de (EPP - Empresa de Pequeno Porte / ME – Microempresa ou Cooperativa – Lei 11.488/2007)-considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada.

Atestamos, para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a X do Parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio ou de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5(cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

..... de de

Nome da empresa licitante

Assinatura do responsável legal da empresa licitante